

Respeito à diversidade humana: distância entre intenção e gesto

Bárbara Pereira

Como citar: PEREIRA, Bárbara. Respeito à diversidade humana: distância entre intenção e gesto. *In:* OMOTE, Sadao. (org.). **Inclusão:** intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004. p. 145-158. DOI: <https://doi.org/10.36311/2004.85-98176-02-8.p145-158>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

RESPEITO À DIVERSIDADE HUMANA: DISTÂNCIA ENTRE INTENÇÃO E GESTO

Bárbara PEREIRA¹

“Investir na educação é a base para o desenvolvimento de um país.” Esta frase anda circulando nos cadernos de economia de alguns jornais, principalmente nas vozes de economistas que fazem projeções sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. Mas a idéia, obviamente, não é nova. Qualquer cidadão provavelmente responderia imediatamente a qualquer simples enquête que pergunte: O que você sonha para o seu filho? “Que ele estude e seja alguém na vida” é, certamente, a afirmação mais ouvida, principalmente entre as pessoas com baixo poder aquisitivo. Talvez porque tenham certeza de que, para eles, o acesso à educação é sempre difícil. Mas todos sabem que sem educação não há avanços, sejam pessoais ou coletivos. Então, o que há com a imprensa brasileira que tem abordado o tema de maneira superficial? Por que os jornais de grande circulação, de um modo geral, não reservam ao assunto o espaço devido? Por que, quase sempre, a educação concorre com as outras notícias nas chamadas editoriais de cidade? Se o tema há anos é considerado importante para o crescimento de um país como o Brasil, por que muitos profissionais da imprensa ainda insistem na resposta: “É preciso

¹ Jornalista – coordenadora editorial e apresentadora do Programa Salto para o Futuro – TV Escola/TVE-RJ - Contatos: 2266-6197 (residência) – 9143-4608 (celular)

ter “gancho”? A maneira como um governo educa o seu povo não é assunto para os jornais impressos e televisivos?

Durante conversas informais com alguns jornalistas, principalmente de veículos impressos, ouvi que a ausência de uma cobertura mais intensa sobre Educação “é um reflexo do descaso com que a própria sociedade enfrenta o assunto”. Sendo assim, esse suposto descaso não seria o tema perfeito para ser retratado e tratado nas páginas dos jornais? Discutir a importância da redescoberta da educação pública para a evolução de um povo que, durante anos, viu a elite receber uma educação diferenciada: escolas melhores para quem supostamente pensaria o futuro da nação, escolas não tão boas para os que trabalhariam em serviços que não exigissem qualificação. A velha polaridade entre o saber-pensar e o saber-fazer.

Num país que já passou – e passa - por várias reformas educacionais e algumas leis de diretrizes e bases – a última editada em 1996 - é, no mínimo, curioso que o assunto ainda não tenha uma editoria especializada na maioria dos jornais impressos, ou pelo menos nos de tiragem significativa, e nas emissoras abertas de televisão, um veículo considerado a principal fonte de informação para milhões de brasileiros.

O sociólogo francês Pierre Bordieu (1997) diz em seu livro *Sobre a televisão : a influência do jornalismo nos jogos olímpicos* que “os jornalistas têm “óculos” especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” (p. 25). A afirmação de Bordieu incomoda a qualquer profissional atuante nas redações. O que é preciso descobrir – individual ou coletivamente - é se essas lentes estão ou não embaçadas, se o grau está ou não adequado. Inconscientemente ou não, ao deixar de incluir com frequência o tema educação na pauta das discussões da sociedade, muitos profissionais de comunicação acabam por não contribuir com reflexões importantes como a educação especial, a divulgação de suas propostas e a realidade que se apresenta nas escolas.

FÓRUM MÍDIA & EDUCAÇÃO

Em novembro de 1999, foi inaugurado um fórum para debater a cobertura que a mídia faz da educação no Brasil e analisar a importância que os meios de comunicação escritos abordam questões relacionadas à educação. Cerca de 150 pessoas, entre jornalistas e educadores, participaram de três dias de discussões com base em uma pesquisa solicitada por instituições como ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), FUNDESCOLA (Fundo de Fortalecimento da Escola), Instituto Ayrton Senna, Ministério da Educação e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) ao NEMP-CEAM-UnB (Núcleo de Estudos Sobre Mídia e Política, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília).

A pesquisa analisou 1.763 artigos, colunas, editoriais, notas e reportagens publicados em 62 jornais de circulação nacional e local, nos anos de 1997 e 1998. Concluiu que apenas cinco jornais (*Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e Correio Braziliense*) foram responsáveis por 42% do total publicado. Apesar de ser considerado baixo o número de notícias referentes ao tema, a ANDI detectou que a cobertura da educação vem aumentando significativamente nos últimos anos, mesmo de que de forma incipiente.

O crescimento do jornalismo de Educação deve ser analisado em um contexto de grandes transformações econômicas, sociais e políticas, que colocaram essa área no centro de qualquer projeto de desenvolvimento, individual ou coletivo. A Educação hoje assume, em praticamente todo o mundo, uma importância inédita na história. (Unb, 1999, p. 35)

Mas, além da quantidade de reportagens veiculadas sobre o tema, a pesquisa procurou avaliar principalmente quais eram as fontes das quais os meios jornalísticos se valiam para produzir as notícias, como os jornalistas tinham acesso àquelas fontes, qual era o aprofundamento dado ao assunto e como era a abordagem. E apontou que a imprensa brasileira trilha caminhos aparentemente equivocados ao tratar o tema educação em suas páginas. Um deles, talvez o mais expressivo, é que a maioria das reportagens têm o governo como fonte.

A principal constatação da pesquisa do NEMP – que está longe de ser uma característica exclusiva do jornalismo educacional – é que quem comanda a pauta dos jornais são os órgãos oficiais. No caso, órgãos oficiais da Educação, com grande destaque para o MEC no período analisado. (Rossetti, 1999, p. 35)

O jornalista e observador da imprensa Alberto Dines também ressalta, embora com um certo exagero, que o jornalismo de gabinete não é uma exclusividade da área educacional. “O jornalismo brasileiro é de gabinetes, corredores ou grampos. Não se faz jornalismo de campo, na rua, *in loco*. Ou se faz muito pouco. E não é por falta de repórteres. Jornalismo sem reportagem é errático e aleatório”², afirma o autor do livro *O papel do jornal*.

Ao simplesmente reproduzir documentos e relatórios elaborados pelos governos em suas três esferas – municipal, estadual e federal – e não verificar a veracidade das informações passadas por suas fontes, alguns jornalistas deixam de cumprir um dos princípios fundamentais da profissão: o de investigar. Tem-se a idéia equivocada – dentro das próprias redações, inclusive – de que matéria investigativa é aquela em que envolve escândalos, desvios de recursos e que, principalmente, tenha a polícia como fonte preponderante. Para se fazer qualquer reportagem é preciso investigar. Apurar os fatos. E desvendar como aqueles números e percentuais apresentados nos relatórios se traduzem no dia-a-dia da sala de aula é importante para se conhecer, de fato, a realidade que as estatísticas não conseguem retratar.

Talvez a rotina de investigação e apuração, já incorporada aos hábitos de jornalistas de outras editorias, ainda não tenha sido suficientemente incluída no repertório de práticas do jornalistas que cobrem a educação. Se por um lado se trabalha com números e dados oficiais, mesmo que apresentem algum tipo de crítica em relação à realidade, as reportagens de campo, de um modo geral, limitam-se a constatar a falta de vagas, de professores ou de merenda escolar. A qualidade não é investigada. Um exemplo recente foi a divulgação, em agosto de 2003, por parte do INEP, o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, de

² Entrevista concedida a autora

uma pesquisa indicando um aumento de 30,6% no número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares no ano de 2003 em relação a 2002³.

O fato foi divulgado sem que, em nenhum momento, a qualidade dessa inclusão fosse questionada. Em que condições as escolas estão recebendo essas crianças e adolescentes? Houve um preparo ou é apenas uma matrícula sem uma proposta pedagógica adequada? Será que há políticas educacionais voltadas para esse alunos? Qual é o universo de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais no Brasil? Esse percentual é significativo ou ainda há muitos fora da escola?

Uma investigação necessária que passa por questões de interesse da sociedade como o direito de crianças e adolescentes de terem acesso à educação pública de qualidade, em classes regulares, e a formulação de políticas públicas voltadas para todos que, ao meu ver, inclui também as metodologias aplicadas nas salas de aula. Um governo verdadeiramente comprometido com a educação oferece um ensino com propostas pedagógicas capazes de transformar os cidadãos que frequentam a escola em sujeitos críticos, com condições, inclusive, de ter capacidade de dar continuidade à construção do seu conhecimento.

ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO: PATINHOS FEIOS DAS REDAÇÕES?

O Brasil tem cerca de 57 milhões de alunos matriculados na educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. São quase 2,5 milhões de professores para atender as três etapas da educação. Defasagem idade-série, repetência, fatores que influenciam na aprendizagem, evasão escolar, classes multisseriadas, organização das séries por ciclos. Se a sociedade quiser saber como os impostos estão sendo gastos na educação básica, de que maneira os empréstimos das agências internacionais de financiamento estão sendo investidos ou se os pais simplesmente quiserem entender melhor o que seus filhos estão aprendendo, vão ter de procurar os veículos especializados. Como mostrou a pesquisa da ANDI (Agência de

³ disponível em <<http://www.inep.gov.br>>

Notícias dos Direitos da Infância), a imprensa só se interessa por esses assuntos se eles estiverem acompanhados de estatísticas ou de escândalos. O ensino superior é o alvo preferido das reportagens, com seus cadernos geralmente semanais cujas páginas têm os cursinhos pré-vestibulares como principais anunciantes.

São muitos os fatores que impedem leitores e telespectadores de receberem em suas casas informações mais aprofundadas sobre a educação no Brasil. As redações cada vez mais enxutas, o *dead-line* (o tempo que cada repórter tem para elaborar uma matéria) determinado, a diminuição do número de páginas nos jornais devido aos altos custos do papel e a conseqüente “concorrência” entre os fatos, seriam alguns pontos contra a ampla cobertura do assunto. Na hora de escolher o que entra e o que fica de fora das páginas e da telinha, repórteres e editores têm em mãos dezenas de assuntos considerados prioridades do dia: política, economia, os acontecimentos da cidade. A educação acaba sendo vista como matéria de “gaveta”. A reportagem fica pronta para entrar no dia em que não houver tantas notícias factuais ou nos cadernos especiais de fim de semana. É claro que estamos falando de propostas pedagógicas, metodologias de ensino. Se houver o lançamento de algum programa por parte do governo a notícia será publicada, ainda que em poucas linhas.

A falta de uma formação adequada por parte do jornalista é um outro fator apontado como impeditivo, segundo Fernando Rossetti⁴, ex-repórter da área de educação da *Folha de S. Paulo*.

A temperatura da reportagem de educação é diferente. Tem uma natureza diferente. Não dá para concorrer em pé de igualdade com as notícias quentes, da geral. Deve ter um espaço específico para o assunto e profissionais capacitados. Geralmente quem cobre educação são os chamados focas, os recém-formados, quando deveria ser o contrário, avalia.

A avaliação do jornalista é mais do que válida. fazer a cobertura de um acidente, por exemplo, não exige muita reflexão em cima do fato. como aconteceu? quantos feridos ou mortos?

⁴ entrevista concedida a autora

quem aparentemente teria provocado? a que horas? quem viu? o que diz a polícia?

Não há muito o que fazer. O repórter deve apenas retratar o que vê. Levar ao leitor/telespectador um relato bem apurado dos fatos. Tente fazer esse mesmo exercício com algum assunto da educação. Lembro da primeira vez em que ouvi falar de pedagogia das competências durante uma reunião de pauta. Como traduzir o conceito para a televisão? Uma reportagem televisiva necessita de imagens. De que maneira, então, poderíamos mostrar ao telespectador uma proposta tão complexa a partir de imagens, sem cair na fórmula cansativa do vídeo didático? Foram necessárias quatro horas de reunião para chegarmos a uma conclusão.

Os assuntos da educação exigem do jornalista/comunicador uma reflexão profunda. É preciso digerir, internalizar, maturar. Não dá para simplesmente reportar os fatos. Conhecer um pouco do assunto, sobretudo, é fundamental.

INSTRUMENTALIZAR OS PROFISSIONAIS DA MÍDIA

Da mesma forma que existem cursos de jornalismo econômico, jornalismo político ou jornalismo esportivo, a idéia de criar um curso de jornalismo educativo já deveria ter sido desenvolvida por inúmeras instituições. Entretanto, pesquisando pelas universidades, não descobri nenhum. Durante um debate sobre o que seria um jornalismo educativo ouvi de uma companheira de profissão que “jornalismo educativo é ensinar o povo a não jogar papel nas ruas”. Isto é serviço, não educação. Enquanto alguns profissionais – é bom deixar claro que não são todos – não tiverem a idéia de que educação é mais amplo, podemos estar fadados a ter, ainda por muitos anos, uma cobertura que informa pouco e que não forma opinião nenhuma. E já que a iniciativa inexistente nos cursos de comunicação, o primeiro passo, em direção a uma convivência saudável para todos, poderia ser dado pelas instituições de educação. Conhecer a história da educação, principais diretrizes e atuais linhas pedagógicas são alguns dos tópicos que deveriam estar no currículo de formação dos comunicadores que trabalham com educação.

Vale ressaltar que ao estudar jornalismo o futuro profissional possui uma formação generalista, espera-se que ele possa conhecer um pouco de tudo. Algo que é quase impossível, para qualquer profissional. Tento recordar de algum momento do meu período acadêmico em que discutimos o *Estatuto da Criança e do Adolescente* – ingressei na faculdade em 91, portanto, logo após a criação do ECA – a *Declaração Universal dos Direitos Humanos ou mesmo a Constituição Federal*. Não houve. Verificasse, então, que o problema começa na base (e se quisermos ir além podemos constatar que começa na educação básica). A preocupação da maioria dos cursos – com raras exceções de instituições e de docentes – é com o mercado de trabalho. Valoriza-se uma prática profissional que, na verdade, vai ser mais do que aprendida e exercitada no dia-a-dia da profissão.

Ao fazer pós-graduação, muitos anos depois de ter concluído a graduação, descobri que nunca havia falado sobre o ser humano: as contradições, as relações com o meio-ambiente (entendendo esse meio como tudo o que o cerca) e a diversidade. Assuntos que de uma forma ou de outra, explicitamente ou não, estão nos jornais, nas revistas, no rádio e na televisão.

Promover uma formação continuada é dever do próprio jornalista, detentor de uma importante função social, ainda que trabalhe para um veículo que se move por lucro, da empresa que o emprega, mas também da sociedade. Neste caso, das instituições pertinentes: universidades, organizações governamentais e não governamentais. Afinal, a imprensa tem um papel relevante: o de observadora do que há de bom e de ruim nas relações sociais. E ao acompanhar comportamentos em diferentes setores, ela presta uma serviço para a mesma sociedade; e quando estamos insatisfeitos com um determinado serviço podemos fazer sugestões para, obviamente, melhorá-los.

Somente criticar a mídia parece não ter dado bons resultados. Incorporá-la ao processo, compartilhando informações e juntando esforços, talvez, seja o caminho mais produtivo e eficaz.

RUÍDO NA COMUNICAÇÃO

A dificuldade de diálogo com profissionais da área educacional é outra que está na lista de entraves para uma boa cobertura da educação. Para alguns, isto explica o possível “desinteresse” da mídia pelos assuntos ligados ao tema. Um fator que não aparece em nenhuma pesquisa, mas que surge nas conversas com editores e repórteres. Alguns profissionais demonstram ter receio do assunto por achar que, geralmente, ele acaba ficando técnico demais. Um assunto mais conhecido nas redações como “pedagogês” .

No setor educacional, existe uma inadequação em falar com o jornalista. Há um problema de comunicação de jornalistas com educadores. Esse pessoal ainda não entendeu o que é comunicação. Os educadores têm uma inadequação de linguagens para se inserir nos veículos. E por um outro lado, você não tem profissionais com qualificação para cobrir os assuntos ligados à educação. Mas não dá para colocar o que o pessoal da academia quer... Se você ficar na abstração, não tem interesse, diz Fernando Rossetti⁵.

Pedagoguês ou preconceito? O fato é que, há quase cinco anos acompanhando a educação brasileira, não foram raras as vezes em que precisei convencer educadores de que é real a necessidade de uma adequação da linguagem acadêmica para o veículo televisivo.

É impossível apenas transcrever conceitos – geralmente complexos – sem que haja uma adaptação. A desconfiança é compreensível. Contudo, a desconfiança em relação a todos os profissionais dificulta ainda mais uma relação que pode, sim, ser de troca. Quando a fonte confia no trabalho do jornalista a parceria se torna um fator fundamental para uma reportagem de qualidade.

A IMPRENSA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Todos os anos, o programa em que eu trabalho – Salto para o Futuro, da TV Escola – procura fazer uma série voltada para a educação especial. Nos bastidores, quase sempre tivemos

⁵ idem

embates com consultores e educadores sobre o que poderia ou não ser dito ao abordar o assunto. Deficiente? Portador de deficiência? Alunos com necessidades educacionais especiais? Pessoas com deficiência? Confesso que o debate sempre me causou uma certa inquietação. Afinal, por que é preciso procurar expressões aparentemente mais adequadas para se referir a pessoas? Passei um tempo questionando o fato de especialistas no tema procurarem uma forma supostamente certa para se referir a crianças e adolescentes.

Isso, talvez, não demonstraria uma inabilidade da sociedade – os educadores inclusive - em lidar com o assunto? E mais: a proposta é realmente trabalhar as diferenças ou apenas ser politicamente correto? Numa sociedade que valoriza os rótulos, dizer que uma criança é aluna de uma educação especial também não seria estigmatizante? Afinal, todos são passíveis de receber uma educação especial, à medida que os processos de aprendizagem não são iguais.

As minhas dúvidas, são apenas dúvidas. Não têm o objetivo de criticar a atuação dos educadores que trabalham com o tema, muito menos de defender o texto jornalístico desrespeitoso aos princípios dos direitos humanos. Mas, de alguma forma, elas refletem as dificuldades enfrentadas pelos profissionais dentro das redações. Se os próprios especialistas possuem divergências, nada mais natural do que a imprensa se sentir perdida em meio a um tema delicado e acabar optando por seguir caminhos próprios: usar nomenclaturas que ela considere mais apropriadas ou mesmo adotar o que está na legislação vigente como, por exemplo, “portador de deficiência”.

Uma expressão inadequada de acordo com especialistas como Cláudia Werneck, uma das autoras do *Manual da mídia legal-comunicadores pela inclusão*, que defende a idéia de que “pessoas não carregam suas deficiências nas costas, necessariamente como um fardo e, de vez em quando, descansam delas para conseguir um trabalho mais bem remunerado, por exemplo.” (Werneck, 2003 p.50)

As palavras, em determinados contextos, podem ser sinalizadores de preconceitos de uma sociedade, embora, muitas

vezes, os cidadãos que integram essa mesma sociedade nem percebem o quanto estão impregnados de valores contrários a uma postura respeitosa em relação ao outro. Por isso, o uso de terminologias adequadas por parte da imprensa é necessário e, de certa forma, relativamente fácil de ser solucionado. Quase todas as grandes empresas de comunicação possuem um manual de redação com as principais orientações da linha editorial adotada pelos veículos. Orientações a serem debatidas e seguidas pelos profissionais que nela trabalham.

Portanto, uma parceria entre as organizações que discutem o tema juntamente com os responsáveis pela elaboração dos manuais, possivelmente, resolveria o impasse entre apenas ser politicamente correto e a criação, de fato, de uma cultura de respeito às diferenças. Saber as terminologias corretas deve ser consequência de uma reflexão em torno do assunto.

COMO DEVE SER A COBERTURA DO TEMA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA TV ?

Não acredito em fórmulas, acredito no bom senso. Em 2003, assisti a uma reportagem num jornal vespertino – prefiro não citar a emissora para não causar constrangimentos a ninguém – sobre uma menina cega que conseguiu entrar para uma classe regular, por meio de uma medida judicial. A proposta era válida, a concepção foi o problema. Imagens e expressões ressaltavam no telespectador sentimentos de piedade em relação a situação vivida pela criança. O tom de *aceitação* foi preponderante. Algo como “os coleguinhas da turma receberam fulaninha muito bem”. A criança não era vista como um sujeito de direitos. A matéria não tratava a situação com naturalidade e, sim, como um evento. Em reportagens com esse enfoque é comum o fundo musical – quase sempre uma melodia infantilizada ou triste - ajudar a construir a mensagem de que “a situação é inusitada”.

Tenho dificuldades em imaginar que o(a) repórter tenha construído a reportagem daquela maneira intencionalmente. A lógica do “vamos fazer o povo chorar” está mais para os programas que utilizam a notícia como entretenimento do que para os telejornais (vale um outro debate sobre a classificação desses programas como jornalísticos).

E mais: repórter raramente tem o poder de escolher a música que irá sonorizar a matéria. O sonoplasta é o profissional que entende do assunto, algumas vezes orientados por um editor ou diretor, se for um programa. A geração de profissionais da comunicação que hoje trabalha em televisão é relativamente nova. Cresceu assistindo TV, com tudo o que há de bom e de ruim no veículo. Portanto, é compreensível – longe de ser aceitável – o fato de que a maioria está apenas reproduzindo o que sempre assistiu, sentados nos sofás de suas casas. Já que muitos não tiveram em sua formação um debate consistente sobre o assunto, como vimos anteriormente.

E ao falar mais especificamente de televisão, devemos lembrar que existem inúmeros profissionais que nem sempre são jornalistas e que compõem a equipe, a exemplo dos sonoplastas. Existem programas que chegam a ter sete pessoas durante uma gravação: cinegrafistas, iluminadores, auxiliares de câmera, operadores de áudio, produtores. O trabalho de cada um, de alguma forma, se reflete no produto final. O enquadramento, o ângulo, a qualidade do som, a intensidade da luz. Tudo isso aparece – para o bem ou para o mal – no que é apresentado na tela da TV. O comportamento de todos, inclusive. E como seres humanos possuidores de valores, esses profissionais, muitas vezes no calor dos acontecimentos, deixam seus conceitos e preconceitos aparecerem no meio de uma gravação. O que pode ser contornável, já que é o repórter ou o diretor quem comanda a equipe, às vezes interfere no comportamento do entrevistado e, conseqüentemente, na reportagem.

Com isso, podemos concluir que, diferentemente dos jornais e revistas impressos, a televisão é um veículo que requer um debate – coletivo, suponho - que possa abranger todos os profissionais que nela trabalham, jornalistas ou não.

REFERÊNCIAS

BORDIEU, Pierre. **Sobre a televisão** : a influência do jornalismo nos jogos olímpicos. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. **Constituição** (1988). Brasília : Senado Federal, 1988.

Inclusão: intenção e realidade

ROSSETTI, Fernando. In: UNIVERSIDADE de Brasília. **Mídia e Educação** : perspectivas para a qualidade da informação. Brasília : [s. n.], 1999. Disponível em: <<http://www.andi.org.br>>.

UNIVERSIDADE de Brasília. Núcleo de Estudos Sobre Mídia e Política. Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. **Mídia & Educação**: Perspectivas para a qualidade da informação. [S. l. :s. n.], 1999. Disponível em: <<http://www.andi.org.br>>.

WERNEK, Claudia. **Manual da mídia legal-comunicadores pela inclusão**. Rio de Janeiro : WVA Editora, 2003.

